

# **INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

## **Artigo**

**Evolução da proteção previdenciária no Brasil - 2017**

## **Nota Técnica**

**Resultado do RGPS de Maio / 2018.**

## **Expediente**

### **MINISTRO DA FAZENDA**

Eduardo Refinetti Guardia

### **SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA**

Marcelo Abi-Ramia Caetano

### **SUBSECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Benedito Adalberto Brunca

### **COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS**

Emanuel de Araújo Dantas

### **CORPO TÉCNICO**

Albamaría Paulino de Campos Abigalil

Andrei Suárez Dillon Soares

Avelina Alves Lima Neta

Fábio Costa de Souza

Feruccio Branco Bilich

José Maurício Lindoso de Araújo

### **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**

João Vitor Pinheiro Bezerra

Divisão de Comunicação

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Fazenda - MF, de responsabilidade da Subsecretaria de Regime Geral de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Também disponível na internet, no endereço: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

### **Correspondência**

Ministério da Fazenda - MF • Subsecretaria de Regime Geral de Previdência Social

Esplanada dos Ministérios Bloco F, 7º andar, Sala 750 • 70059-900 – Brasília-DF

Tel. (061) 2021-5011. Fax (061) 2021-5408

E-mail: [cgep@previdencia.gov.br](mailto:cgep@previdencia.gov.br)

# Artigo

## **Evolução da proteção previdenciária no Brasil - 2017**

**Coordenação Geral de Estudos  
Previdenciários da SPREV/MF.**

## 1. INTRODUÇÃO

A Previdência Social concede benefícios que visam garantia de renda, momentânea ou permanente, aos segurados nos casos de doenças, morte, invalidez, idade avançada, proteção à maternidade e à família. São considerados protegidos os trabalhadores ocupados que contribuem para a Previdência Social, os beneficiários da previdência e, ainda, aqueles trabalhadores que se enquadram no conceito de “segurados especiais”, que possuem regras de diferenciadas de contribuição e elegibilidade para o recebimento de benefícios.

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da proteção previdenciária dos residentes no país sob três perspectivas, quais sejam: a proteção entre as pessoas de 16 a 59 anos, os idosos com 60 anos ou mais e o impacto da transferência da renda previdenciária sobre o nível de pobreza no país. A Previdência Social sempre utilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) como base para o estimar a evolução da proteção previdenciária e seus impactos no nível de pobreza. Contudo, 2015 foi o último ano em que esta pesquisa foi realizada, sendo então substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC. Ambas as pesquisas possuem o mesmo intuito e no geral apresentam estrutura similar, sendo assim, optou-se por manter os dados advindos desde a PNAD de 2004 com vistas a manter a historicidade e, ainda, por ser o ano em que foi desenvolvida e aprovada a metodologia deste estudo pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

Além desta introdução e as considerações finais, este artigo apresenta três seções: na seção 2 é apresentada a cobertura previdenciária de indivíduos em idade ativa, de 16 a 59 anos, e dos idosos com 60 anos ou mais no ano de 2017; na seção 3, é apresentada a evolução da cobertura previdenciária desde 2004 até 2017 tanto para indivíduos em idade ativa quanto para os idosos; na seção 4, é apresentado o impacto dos mecanismos de proteção previdenciária no nível de pobreza no país.

## 2. PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL – BRASIL (2017)

De acordo com a PNADC, em 2017 existiam, no Brasil, 58,9 milhões de pessoas com idade entre 16 e 59 anos protegidas pela Previdência Social. Esse contingente fazia parte de um universo de 83,1 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa faixa etária, o que significa uma cobertura<sup>1</sup> total de 70,9%. Em outras palavras, de cada 10 trabalhadores, aproximadamente 7 estavam protegidos. Por outro lado, 24,2 milhões de trabalhadores (ou seja, 29,1% da população ocupada entre 16 e 59 anos de

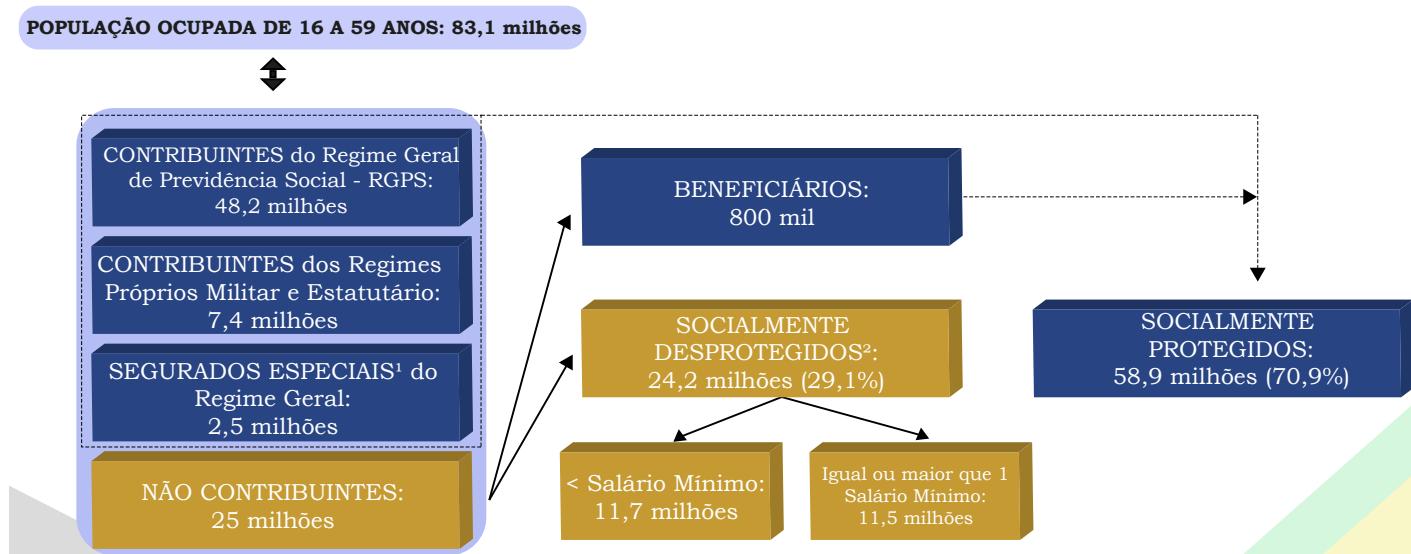
---

1 Para Notas Metodológicas, ver Box ao final do artigo.

idade) encontravam-se sem cobertura previdenciária.

**Figura 1**

**Proteção Previdenciária da População Ocupada entre 16 a 59 anos – Brasil (2017)**



Fonte: Micro dados PNAD Contínua 2017

Elaboração: SPREV/MF.

Notas: ¹Na PNAD Contínua essas pessoas se autodeclararam não contribuintes.

²Inclui 906.395 desprotegidos com rendimento ignorado.

Como mostra a Tabela 1, a maior categoria dentre os protegidos, em termos relativos e absolutos, era a dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (58,0% dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos), seguida pelos segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS (8,9%), dos segurados especiais<sup>2</sup> (3,0%) – diferenciados em função de particularidades na contribuição e elegibilidade ao benefício previdenciário – e dos não contribuintes que recebem benefícios previdenciários (0,1%). Em termos de gênero, em 2017, a proteção social entre homens e mulheres apresentou percentuais de 69,7% e 72,4%, respectivamente.

2 O Segurado Especial compreende principalmente os pequenos agricultores e pescadores artesanais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Assim, nessa categoria de segurado obrigatório estão incluídos definido o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, e o pescador artesanal, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de dezesseis anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração. Em razão do § 8º do art. 195 da Constituição, os segurados especiais contribuem para a Previdência Social com alíquota sobre o resultado da sua produção rural. Atualmente, a contribuição do segurado especial é de 1,3% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, sendo 0,1% destinado para o financiamento das prestações por acidente do trabalho. Em regra, a responsabilidade pelo recolhimento dessa contribuição fica sub-rogada na empresa adquirente da produção, salvo exceções legais.

**Tabela 1****Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos segundo Sexo<sup>1</sup> – Brasil (2017)**

<b>Categorias</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>A - Contribuintes RGPS</b>	<b>27.165.274</b>	<b>56,30%</b>	<b>21.084.645</b>	<b>43,70%</b>	<b>48.249.919</b>
<b>B - Contribuintes RPPS</b>	<b>3.189.533</b>	<b>43,00%</b>	<b>4.223.000</b>	<b>57%</b>	<b>7.412.533</b>
<b>B1 - Militares</b>	765.416	90,40%	81.599	9,60%	847.015
<b>B2 - Estatutários</b>	2.424.117	36,90%	4.141.401	63,10%	6.565.518
<b>C - Segurados Especiais*</b>	<b>1.664.668</b>	<b>67,60%</b>	<b>796.927</b>	<b>32,40%</b>	<b>2.461.595</b>
<b>D - Beneficiários não contribuintes**</b>	<b>330.474</b>	<b>42,60%</b>	<b>444.524</b>	<b>57,40%</b>	<b>774.998</b>
<b>E - Trabalhadores Protegidos (A+B+C+D)</b>	<b>32.349.949</b>	<b>54,90%</b>	<b>26.549.096</b>	<b>45,90%</b>	<b>58.899.045</b>
<b>F - População Ocupada Total</b>	<b>46.430.045</b>	<b>55,90%</b>	<b>36.686.005</b>	<b>44,10%</b>	<b>83.116.050</b>
<b>G - Trabalhadores Desprotegidos (F-E)</b>	<b>14.080.096</b>	<b>58,10%</b>	<b>10.136.909</b>	<b>41,90%</b>	<b>24.217.005</b>
<b>Rendimento inferior a 1 salário mínimo</b>	5.885.656	50%	5.889.786	50%	11.775.442
<b>Rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo</b>	7.913.560	68,60%	3.621.608	31,40%	11.535.168
<b>Rendimento ignorado</b>	625.536	69%	280.859	31%	906.395

Fonte: PNAD Contínua/IBGE – 2017. Elaboração: SPREV/MF.

\* Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

\*\* Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário ou assistencial (BPC/LOAS).

Os trabalhadores socialmente desprotegidos – que, como dito, totalizavam 24,22 milhões de pessoas em 2017 – são aqueles que não contribuem para a Previdência Social, não recebem benefícios previdenciários e não se enquadram na categoria de segurados especiais – trabalhadores rurais que contam com regras diferenciadas de contribuição e de elegibilidade para o recebimento de benefícios. Desse contingente, 11,54 milhões possuíam alguma capacidade contributiva – renda mensal igual ou superior a um salário mínimo – e poderiam ser incorporados ao RGPS. Outros 11,78 milhões, no entanto, possuíam rendimento inferior ao valor do salário mínimo e, portanto, dificilmente teriam condições de contribuir para a Previdência. Apesar de possuírem taxa de proteção social superior à taxa dos homens, as mulheres são maioria entre os desprotegidos sem capacidade contributiva e minoria entre os desprotegidos com capacidade contributiva.

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 84,7%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou benefício da assistência social, ou contribuía para a Previdência Social – totalizavam 26,43 milhões de pessoas em 2017, sendo 12,03 milhões de homens e 14,4 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens chegava a 88,1%, resultado superior ao observado entre as mulheres (82%).

A maior parte dos idosos protegidos recebia aposentadoria ou pensão, grupo em que preponderavam as mulheres. Os homens eram maioria entre os não beneficiários que contribuía para a Previdência Social, fato explicado, principalmente, por se depararem

com requisitos mais elevados de idade e tempo de contribuição para o requerimento de aposentadorias. Dentre os pensionistas e beneficiários que acumulavam pensão e aposentadoria, como era de se esperar, prevaleciam as mulheres, que em média possuem expectativa de vida mais elevada e tendem a mais frequentemente usufruir de pensões deixadas por seus cônjuges.

**Tabela 2**

**Proteção Previdenciária entre os Idosos com 60 anos ou mais segundo Sexo – Brasil (2017)**

<b>Categorias</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
A - Beneficiários assistenciais*	418.799	3,10%	652.704	3,70%	1.071.503	3,40%
B - Beneficiários previdenciários	10.130.884	74,20%	12.995.624	74%	23.126.508	74,10%
C - Beneficiários assistenciais e previdenciários	9.153	0,10%	18.074	0,10%	27.227	0,10%
D - Contribuintes não beneficiários**	1.475.686	10,80%	732.717	4,20%	2.208.403	7,10%
E - Pessoas idosas protegidas (A+B+C+D)	<b>12.034.522</b>	<b>88,10%</b>	<b>14.399.119</b>	<b>82%</b>	<b>26.433.641</b>	<b>84,70%</b>
F - Pessoas idosas desprotegidas (G-E)	<b>1.624.129</b>	<b>11,90%</b>	<b>3.163.894</b>	<b>18%</b>	<b>4.788.023</b>	<b>15,30%</b>
G - População idosa total	<b>13.658.651</b>	<b>100%</b>	<b>17.563.013</b>	<b>100%</b>	<b>31.221.664</b>	<b>100%</b>

Fonte: PNADc/IBGE – 2017. Elaboração: SPREV/MF.

\* Se refere à população idosa que recebe o Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BPC-LOAS. Tende à subnotificação: esse público tende a se declarar como aposentado. Dados oficiais demonstram que existiam pouco mais de 2 milhões de beneficiários do BPC em 2016.

\*\* Se refere à população idosa que ainda trabalha e contribui, sem receber benefício previdenciário ou assistencial.

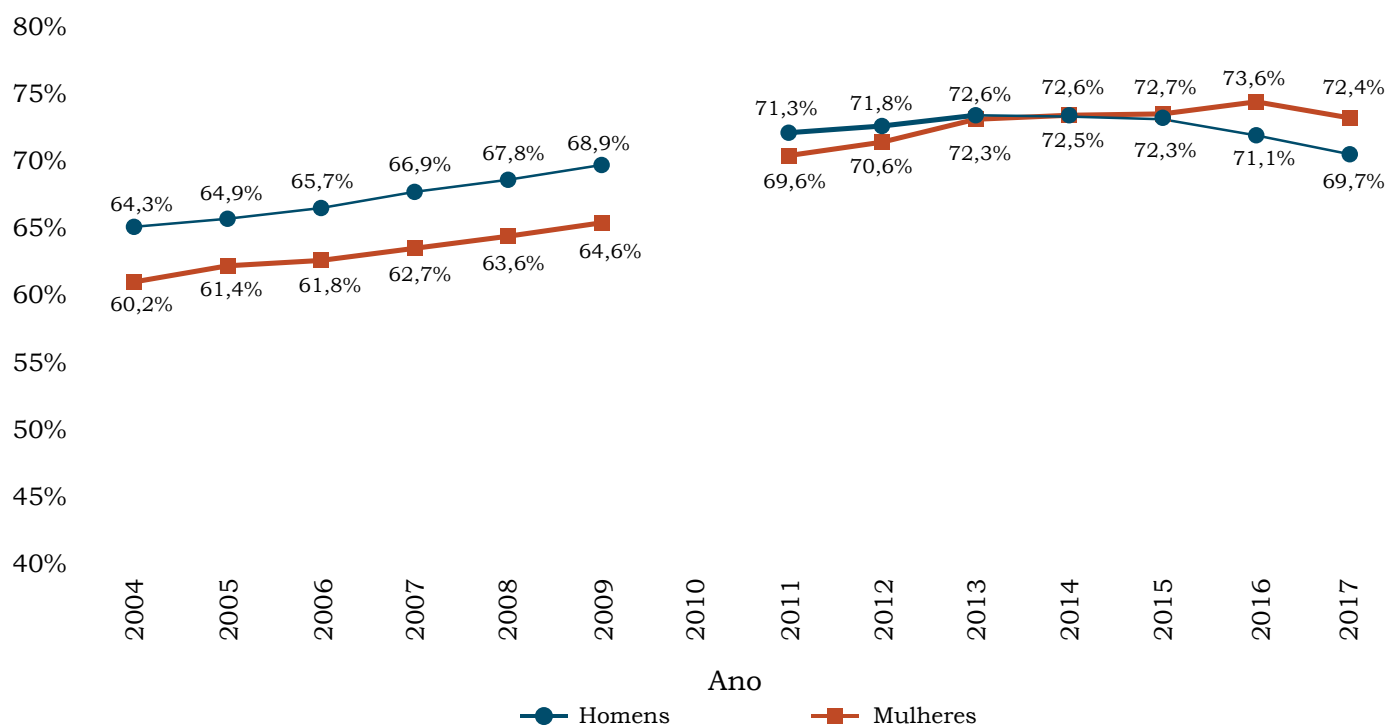
### **3. EVOLUÇÃO RECENTE DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BRASIL (2004-2017)**

Há uma tendência bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. Entre 2004 e 2017, os dados revelam uma melhora visível no nível de cobertura para homens e mulheres. A partir de 2014 o percentual de cobertura das mulheres ultrapassou o dos homens.

Na série harmonizada, o resultado de 2017 agregado para homens e mulheres foi de 70,9%. O aumento da proteção previdenciária se deu para os dois sexos desde 2004. A taxa de cobertura feminina, que vinha batendo recordes sucessivos nos últimos anos e em 2017 estabilizou, tem contribuído crescentemente para a melhoria do resultado geral da cobertura. O indicador masculino atingiu o pico da série de 72,6% em 2013 e nos anos posteriores apresentou leve decréscimo, atingindo 69,7% em 2017. Destaque-se que, a partir de 2016, os dados apresentados passaram a ser calculados com base na PNAD Contínua e não mais pela PNAD, sendo possível haver pequenas variações nos dados em virtude da mudança metodológica.

### Gráfico 1

#### Evolução da Cobertura Previdenciária da População Ocupada entre 16 e 59 anos – Brasil (2004-2017) (Em %)



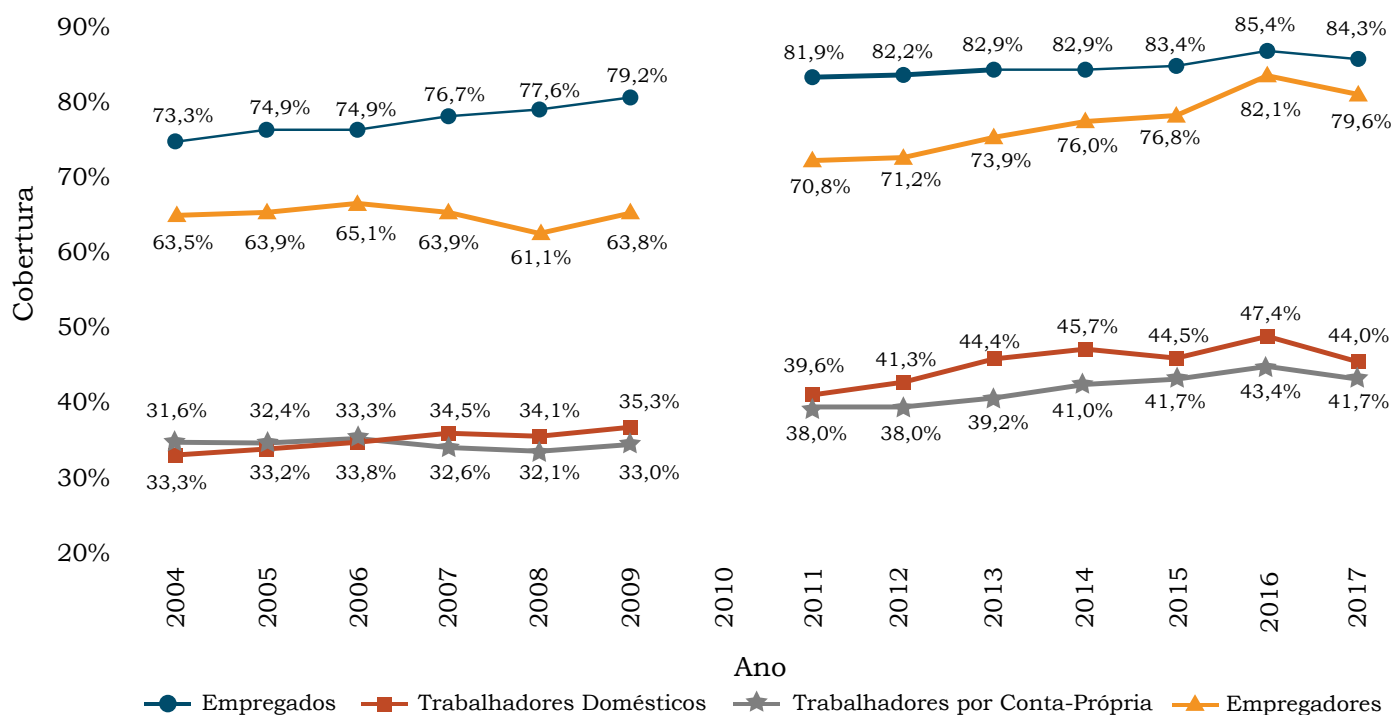
Fonte: PNADc/IBGE – 2016-2017 e PNAD/IBGE 2004-2015. Elaboração: SPREV/MF.

O indicador de proteção dos ocupados, como já apontado, leva em consideração outras informações sobre a situação previdenciária dos trabalhadores que não apenas a contribuição efetiva à previdência social. O trabalhador protegido é aquele que contribui para algum regime público de previdência; ou é beneficiário de pensão e/ou aposentadoria ou de algum benefício assistencial de prestação continuada; ou, finalmente, não se enquadra em nenhuma das situações anteriores, mas cumpre os requisitos para ser categorizado como Segurado Especial. Contudo, para que se possa fazer uma avaliação mais acurada da evolução da quantidade de contribuintes, cuja massa de salários e rendimentos constitui a fonte principal da arrecadação previdenciária, vale lançar mão da tradicional razão entre número de contribuintes e total de trabalhadores ocupados com o mesmo recorte etário.

O Gráfico 2, a seguir, revela não apenas a expansão contínua e consistente do indicador – ainda que no último ano se observe um leve descréscimo, mas que seu desempenho está fortemente atrelado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2012 e 2017, a proporção de trabalhadores na categoria de empregados que contribuem para a Previdência Social aumentou 82,2% para 84,3%. O resultado desse grupo, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, se soma ao bom desempenho recente de outros grupos. Cabe destacar que a cobertura dos Trabalhadores Domésticos aumentou de 41,3% em 2012 para 44% em 2017.

## Gráfico 2

### Evolução da Cobertura Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Posições na Ocupação – Brasil (2004-2017) (Em %)



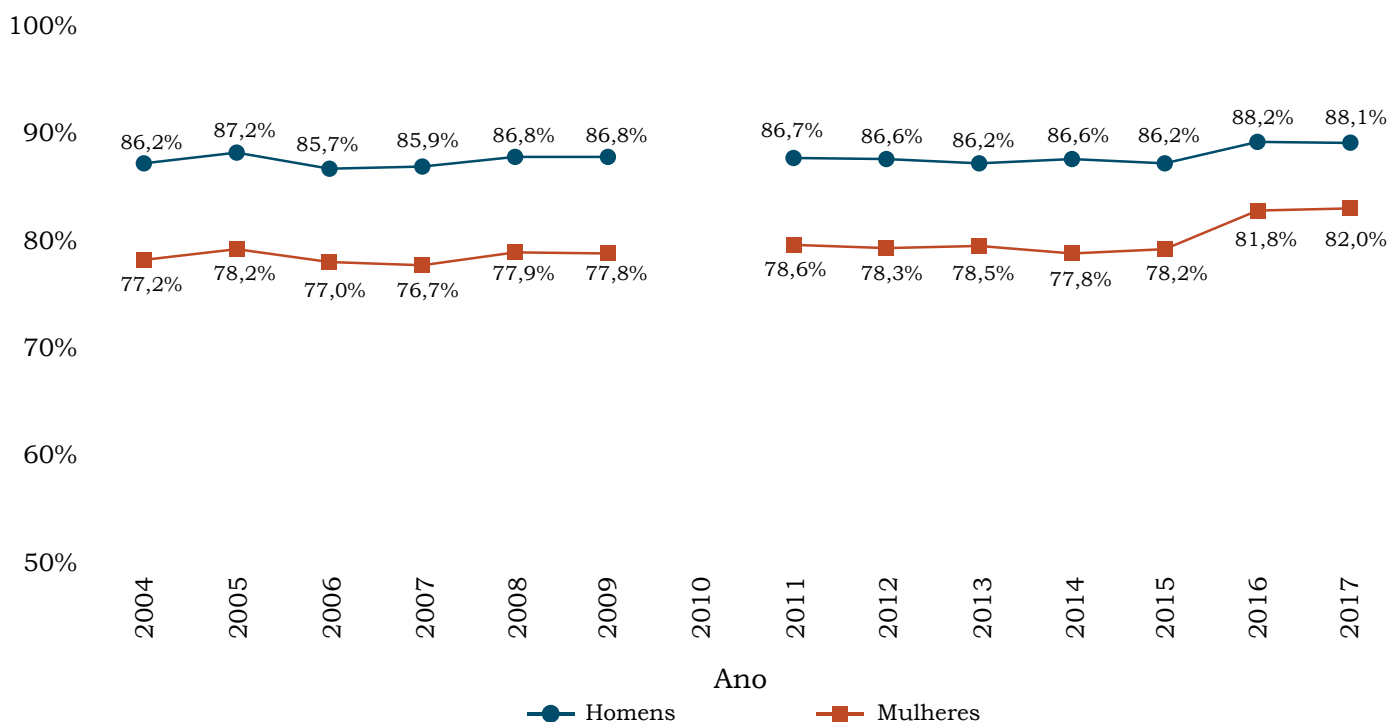
Fonte: PNADc/IBGE – 2016-2017 e PNAD/IBGE 2004-2015. Elaboração: SPREV/MF.

Nota: <sup>1</sup>A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, exclusive militares e estatutários.

Em relação aos idosos, em que pesem o desequilíbrio que ainda persiste na proteção de homens e mulheres com 60 anos ou mais e algumas oscilações em determinados anos da série, os dados da PNAD e da PNADC apontam para uma tendência de estabilização da proteção previdenciária (Gráfico 3). Na série harmonizada, a parcela da população idosa protegida socialmente passou de 81,6%, em 2004, para 84,7%, em 2017, sendo essa mudança possivelmente resultante da mudança de metodologia (PNAD para PNADC a partir de 2016). O recorte de gênero evidencia tendência de estabilização da proteção de idosos do sexo masculino. A proteção de pessoas idosas do sexo feminino apresenta tendência de leve alta, porém ainda em patamar inferior ao dos homens idosos, alcançando 82%, em 2017.

### Gráfico 3

**Idosos de 60 anos ou mais que recebem aposentadoria e/ou pensão ou que contribuem para algum regime previdenciário – Brasil (2004-2017) (Em %)**



Fonte: PNADc/IBGE – 2016-2017 e PNAD/IBGE 2004-2015. Elaboração: SPREV/MF.

## 4. IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE O NÍVEL DE POBREZA

Ainda de acordo com a PNADC/IBGE, pode-se observar que os benefícios pagos pela Previdência Social produzem impactos significativos sobre o nível de pobreza da população brasileira. Assumindo como condição de pobreza a percepção de rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, estima-se em 61,96 milhões a quantidade de pessoas em condição de pobreza em 2017 (considerando rendas de todas as fontes). Caso fossem desconsiderados os rendimentos advindos do recebimento de benefícios previdenciários, a quantidade de pobres seria de 92,86 milhões, o que significa dizer que o pagamento de benefícios pela Previdência Social retira da condição de pobreza cerca de 30,9 milhões de indivíduos – redução de 15,1% na taxa de pobreza.

**Tabela 3**

**Impactos dos mecanismos de proteção social (previdência<sup>1</sup> e assistência social) sobre o nível de pobreza<sup>2</sup> – Brasil (2016)**

Descrição	Quantidade de Pessoas	% do Total
<b>População de Referência<sup>3</sup></b>	<b>204.158.256</b>	<b>100,00%</b>
<b>Renda Domiciliar &lt; R\$ 468,5</b>	Incluindo benefícios (A)	<b>63.958.454</b>
	Excluindo benefícios (B)	<b>94.858.130</b>
<b>Pessoas retiradas da pobreza por benefícios (B-A)</b>	<b>30.899.676</b>	<b>Redução de 15,2%</b>

Fonte: PNADC/IBGE 2017.

Elaboração: SPREV/MF.

Nota: <sup>1</sup>Considerando também os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

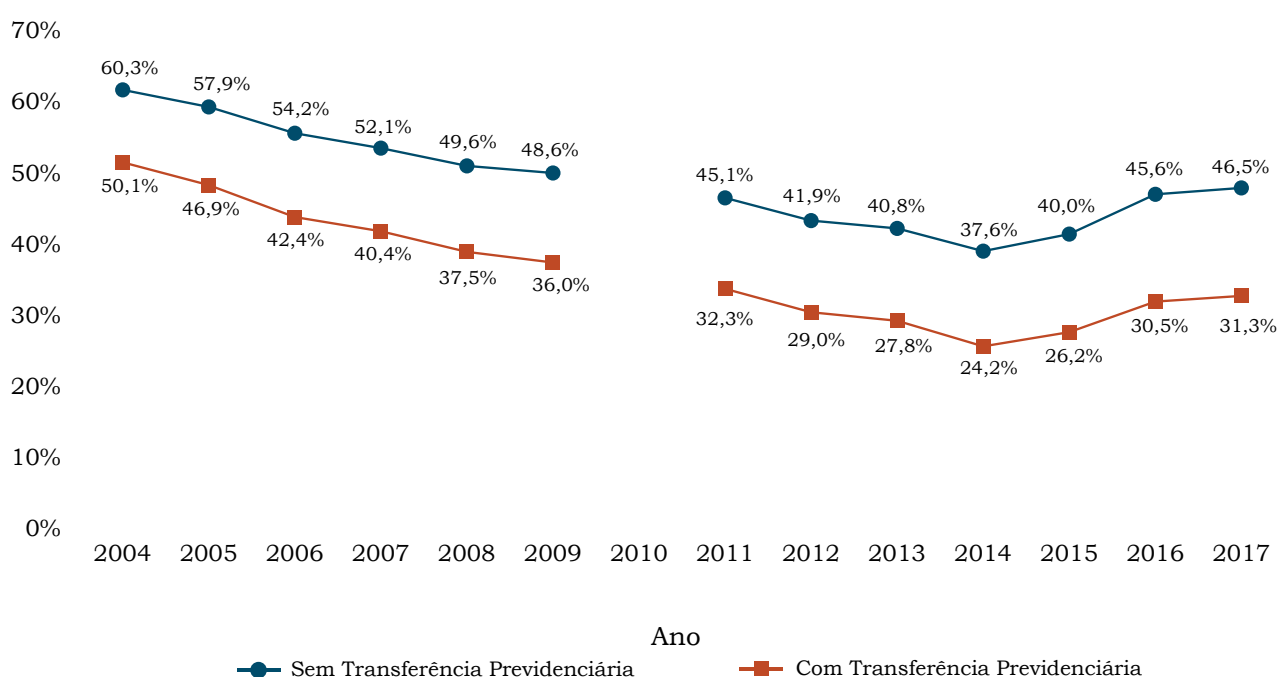
<sup>2</sup>Linha de pobreza corresponde à quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo vigente em 2017 (R\$ 468,50).

<sup>3</sup>População total, exclusive aqueles que habitam domicílios onde ao menos uma pessoa possui rendimento ignorado.

O Gráfico 4, baseado na série harmonizada, mostra a evolução proporcional do contingente de pobres desde 2004 até 2017, conforme se considera ou não a renda previdenciária. Em 2004, o percentual de pobres em relação à população de referência, em se considerando o rendimento proveniente de benefícios previdenciários, era de 50,1%, contra 60,3% excluindo-se o impacto da previdência; em 2017, esses percentuais, respectivamente, passaram a ser de 31,3% e de 46,5%. A distância entre as duas linhas evidencia o impacto da Previdência sobre a pobreza no período de 2004 a 2017, impacto esse que, com base na evolução positiva dessa distância, tem sido crescente.

**Gráfico 4**

**Pobres<sup>1</sup> com menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita, com e sem renda previdenciária - Brasil (2004-2017). (Em %)**



Fonte: PNAD/IBGE 2004-2015. PNADC/IBGE 2016-2017.

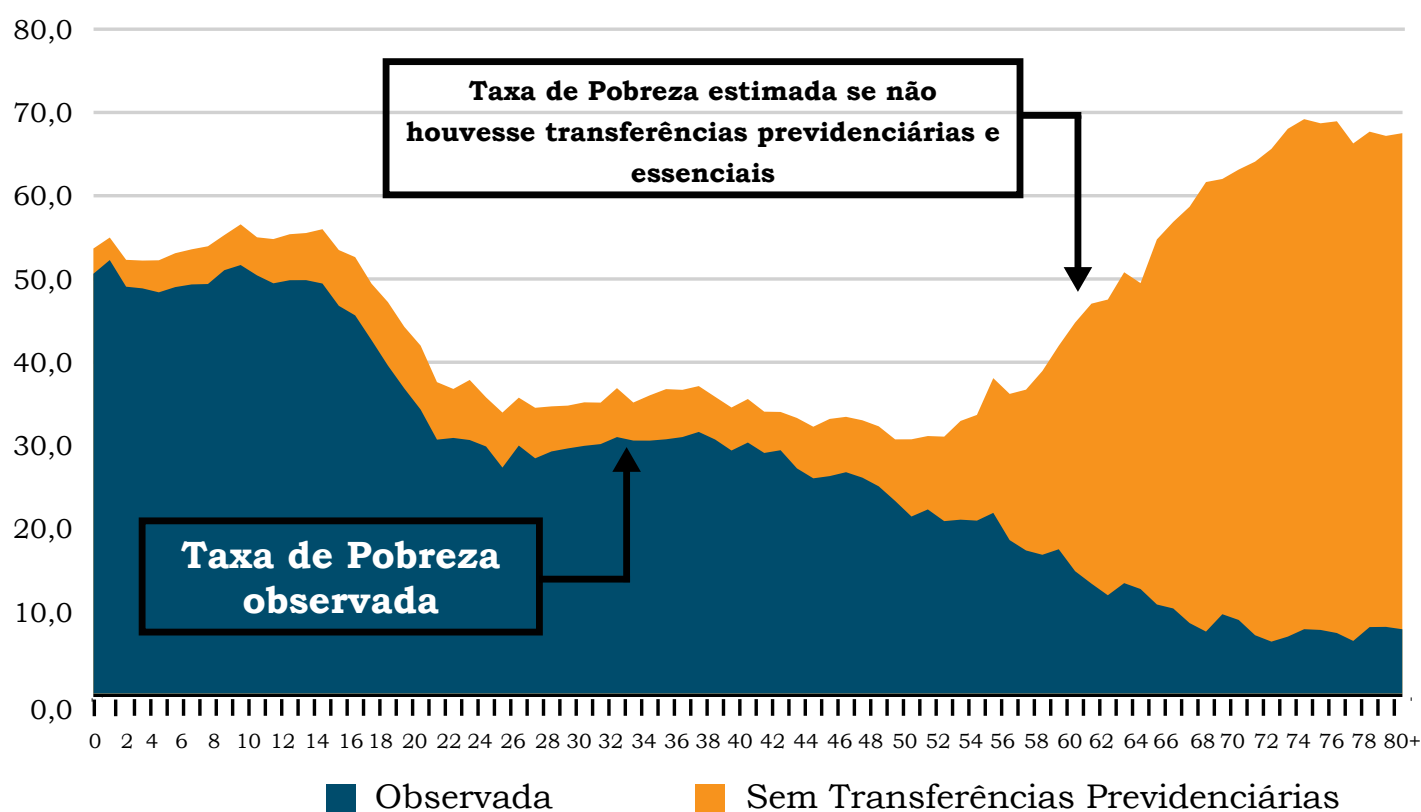
Elaboração: SPREV/MF.

Nota: <sup>1</sup>Linha de pobreza corresponde à quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo de set/2017 (INPC).

O Gráfico 5, por sua vez, mostra que o impacto das transferências previdenciárias sobre a pobreza se concentra na população idosa, tendo em vista o foco da Previdência Social na garantia de renda para o trabalhador em idade avançada. Muito embora a redução da pobreza decorrente da cobertura da Previdência seja percebida em todas as faixas etárias, a renda previdenciária favorece, sobretudo, aqueles com idade superior aos 55 anos – a partir dessa idade nota-se uma significativa expansão da diferença entre o percentual de pobres com e sem as transferências previdenciárias. Portanto, a pobreza diminui com o aumento da idade (área azul inferior), chegando a 5,8% para a população com 77 anos de idade. Caso as transferências previdenciárias deixassem de ser realizadas, haveria um ponto a partir do qual a pobreza voltaria a aumentar, chegando a 68,8% para a população com 75 anos de idade.

### Gráfico 5

**Pobres, segundo idade, com menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita, com e sem renda previdenciária - Brasil (2017). (Em %)**



Fonte: PNADC/IBGE 2018.

Elaboração: SPREV/MF.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo período de quedas consecutivas na taxa de proteção social dos trabalhadores ocupados com idade entre 16 e 59 anos, os dados da PNADC demonstram claramente a consolidação de uma reversão dessa tendência. O nível de proteção subiu, apesar da tendência de estabilização nos últimos anos, avançando de maneira consistente no período 2004-2017: partindo-se de 2004, a cobertura previdenciária (em seu sentido mais

amplo, incorporando Segurados Especiais e Beneficiários não-contribuintes) se manteve estável, chegando a 70,9%, em 2017. Entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, os resultados foram positivos, ainda que se observe discreta estabilidade nos últimos períodos.

Esses resultados se confirmam quando se toma por referência o impacto das transferências previdenciárias e assistenciais no nível de pobreza da população. A PNADC 2017 revela que, tudo mais constante, essas transferências são responsáveis por manter 30,9 milhões de pessoas acima da linha de pobreza. Mais do que isso, a série histórica desse indicador deixa evidente que o impacto tem sido crescente ao longo do tempo, fruto da expansão da quantidade de benefícios pagos pela Previdência Social (o que também produz beneficiários indiretos) e também da valorização real dos benefícios (principalmente em razão dos ganhos reais concedidos ao salário mínimo, que corresponde ao valor de grande parcela dos benefícios pagos).

### **Nota Metodológica: Critérios para Mensuração da Proteção Previdenciária\***

A proporção de ocupados que contribuem para a Previdência Social é, possivelmente, o mais utilizado dos indicadores de cobertura previdenciária entre a população economicamente ativa. Não obstante sua relevância, o Brasil adota oficialmente um indicador mais amplo, que se vale de um conjunto de critérios capaz de produzir um retrato mais acurado da proteção entre os trabalhadores ocupados, inclusive incorporando as particularidades da Previdência Rural brasileira. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, possivelmente não chegarão a preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), optou-se por trabalhar com o grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos.

Para além dos contribuintes (segurados ativos do RGPS e segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos), a população ocupada protegida ainda incorpora outros dois grupos: (i) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e (ii) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial - BPC). Assim, resumidamente, os ocupados protegidos são aqueles que contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não pertençam ao regime especial para trabalhadores rurais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social.

Daí advém outra particularidade dos indicadores de cobertura apresentados neste artigo. Ocorre que na PNAD e PNADC, fontes dos dados apresentados, embora haja referência ao recebimento de “aposentadoria” e/ou “pensão”, aqueles que recebem benefício assistencial

de prestação continuada podem, por desconhecimento, declarar receber aposentadoria e/ou pensão previdenciárias, razão pela qual é difícil fazer uma distinção entre benefícios assistenciais e previdenciários com a segurança desejada. Por esse motivo, ao longo desse artigo, quando se fala em indicadores de proteção previdenciária, deve-se ter em mente que são tratados conjuntamente os benefícios previdenciários e os benefícios assistenciais de prestação continuada pagos a pessoas com deficiência – de qualquer idade e idosos – de 65 anos ou mais de idade, pertencentes a famílias de baixa renda (renda familiar per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente).

Obviamente, dados os requisitos de elegibilidade para as prestações assistenciais, as limitações da PNAD e da PNADC tendem a afetar quase que exclusivamente o indicador de cobertura da população idosa – no Brasil, seguindo parcialmente a lógica da metodologia empregada para a população ocupada, definido como a participação dos idosos que recebem benefício previdenciário ou assistencial ou que ainda realizam contribuições previdenciárias, no total da população idosa (total de residentes com 60 anos ou mais). De todo modo, para simplificar a análise e considerando que os benefícios assistenciais representam apenas cerca de 13,5% (em dezembro/2017) do total de benefícios (benefícios previdenciários e acidentários pagos pelo INSS e benefícios assistenciais de prestação continuada pagos a pessoas com deficiência e idosos, desde que pertencentes a famílias de baixa renda), denominamos os montantes pagos como transferências previdenciárias e tratamos os indicadores como taxas de proteção previdenciária.

\* A metodologia de mensuração da proteção previdenciária foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social em 30 de junho de 2004.



**Receitas e Despesas  
do Regime Geral de  
Previdência Social  
Maio / 2018**

# Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social em Maio / 2018

## Necessidade de Financiamento (INPC de Abr/2018) - Em bilhões

No mês ( Maio/2018 )	R\$ 15,10
Acumulado em 2018	R\$ 76,72
Últimos 12 meses	R\$ 191,11

## RESULTADO DAS ÁREAS URBANA E RURAL



Em maio de 2018, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação COMPREV, foi de R\$ 29,4 bilhões, registrando uma redução de 7,9% (-R\$ 2,5 bilhões) em relação a abril de 2018 e um leve aumento de 0,6 % (+R\$ 162,7 milhões) na comparação com maio de 2017. Já a arrecadação líquida rural foi de R\$ 989,0 milhões, mantendo a mesma variação em relação a abril de 2018, porém apresentou um aumento de 25,6% (+R\$ 201,7 milhões) quando comparada a maio de 2017.

Destaca-se que, no início deste ano, foi instituído, por meio da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Trata-se de um novo Refis Rural que abrange débitos vencidos até 30 de março de 2017 das contribuições dos produtores rurais pessoas físicas, segurados especiais e empregadores rurais pessoas jurídicas. O prazo de adesão ao RRR foi prorrogado até 30 de outubro de 2018, nos termos da Medida Provisória – MP nº 834, de 2018.

Além do Refis Rural, a Lei também reduziu de 2,1 para 1,3% a alíquota da contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial, destinada à Previdência Social, incidente sobre a receita proveniente comercialização da sua produção. A contribuição do empregador rural também foi reduzida de 2,5 para 1,8% da receita proveniente da comercialização da sua produção. Tal redução de alíquota teve como objetivo possibilitar o pagamento do parcelamento das contribuições em conjunto com a contribuição ordinária<sup>1</sup>.

Então, uma das possíveis hipóteses de explicação para o aumento da arrecadação

<sup>1</sup> A alíquota foi reduzida para 1,7% tendo em vista que o RRR estabelece que as prestações mensais e sucessivas sejam equivalente a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização de sua produção rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, com deduções de 100% das multas de mora e juros de mora (art. 2º da Lei nº 13.606/2018). Dessa forma, o somatório do parcelamento (0,8%) mais a contribuição ordinária devida (1,7%) coincide com a alíquota anterior (2,3%).

rural é a de que os contribuintes, que não vinham recolhendo a contribuição rural<sup>2</sup>, com a redução da alíquota passaram a contribuir ordinariamente, além de ter aderido ao RRR, para fins de quitação de seus débitos.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 36,0 bilhões, em maio de 2018, registrando um aumento de 1,1% (+R\$ 407,6 milhões) em relação a abril de 2018 e registrando diminuição de 5,4% (-R\$ 2,1 bilhões), entre maio de 2018 e o mês correspondente de 2017. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 9,5 bilhões, em maio de 2018, evidenciando uma leve redução de 0,4% (-R\$ 35,6 milhões) em relação a abril deste ano e queda de 7,9% (-R\$ 814,0 milhões), quando comparada ao mês correspondente de 2017, conforme se pode observar na Tabela 1.

Em maio de 2018, as clientelas urbana e rural apresentaram necessidade de financiamento de R\$ 6,6 bilhões e R\$ 8,5 bilhões, respectivamente.

### **Tabela 1**

*Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2017 e 2018) – Resultado de Maio/2018 – INPC*

Item	mai/17 ( A )	abr/18 ( B )	mai/18 ( C )	Var. % ( C / B )	Var. % ( C / A )	Acumulado no Ano		Var. %
						2016	2017	
<b>1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 )</b>	<b>30.070,1</b>	<b>32.945,5</b>	<b>30.434,5</b>	<b>(7,6)</b>	<b>1,2</b>	<b>148.280,7</b>	<b>152.339,4</b>	<b>2,7</b>
1.1 Arrecadação Líquida Urbana Total	29.282,8	31.956,5	29.445,5	(7,9)	0,6	144.912,8	148.160,1	2,2
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	28.205,5	28.806,8	28.580,4	(0,8)	1,3	137.718,3	141.480,9	2,7
1.1.2 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	1.077,4	3.149,8	865,2	(72,5)	(19,7)	7.194,5	6.679,1	(7,2)
1.1.3 Comprev	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Arrecadação Líquida Rural	787,3	989,0	989,0	0,0	25,6	3.368,0	4.179,3	24,1
<b>2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	<b>48.412,7</b>	<b>45.158,1</b>	<b>45.530,2</b>	<b>0,8</b>	<b>(6,0)</b>	<b>219.886,1</b>	<b>229.060,9</b>	<b>4,2</b>
2.1 Benefícios Previdenciários	42.924,6	44.028,0	44.328,8	0,7	3,3	211.536,1	219.785,1	3,9
2.1.1 Urbano	33.740,8	34.676,5	35.025,8	1,0	3,8	165.591,8	173.047,0	4,5
2.1.2 Rural	9.183,7	9.351,5	9.303,0	(0,5)	1,3	45.944,3	46.738,1	1,7
2.2 Passivo Judicial	5.288,5	872,2	944,2	8,2	(82,1)	7.447,9	8.107,1	8,9
2.2.1 Urbano	4.157,0	687,0	746,0	8,6	(82,1)	5.846,7	6.388,9	9,3
2.2.2 Rural	1.131,5	185,3	198,1	7,0	(82,5)	1.601,3	1.718,2	7,3
2.3 Comprev	199,7	257,9	257,2	(0,3)	28,8	902,1	1.168,6	29,5
<b>3. Resultado Previdenciário (1 - 2)</b>	<b>(18.342,6)</b>	<b>(12.212,5)</b>	<b>(15.095,6)</b>	<b>23,6</b>	<b>(17,7)</b>	<b>(71.605,4)</b>	<b>(76.721,5)</b>	<b>7,1</b>
3.1 Urbano (1.1 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	(8.814,6)	(3.664,8)	(6.583,4)	79,6	(25,3)	(27.427,7)	(32.444,5)	18,3
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(9.527,9)	(8.547,7)	(8.512,2)	(0,4)	(10,7)	(44.177,6)	(44.277,0)	0,2

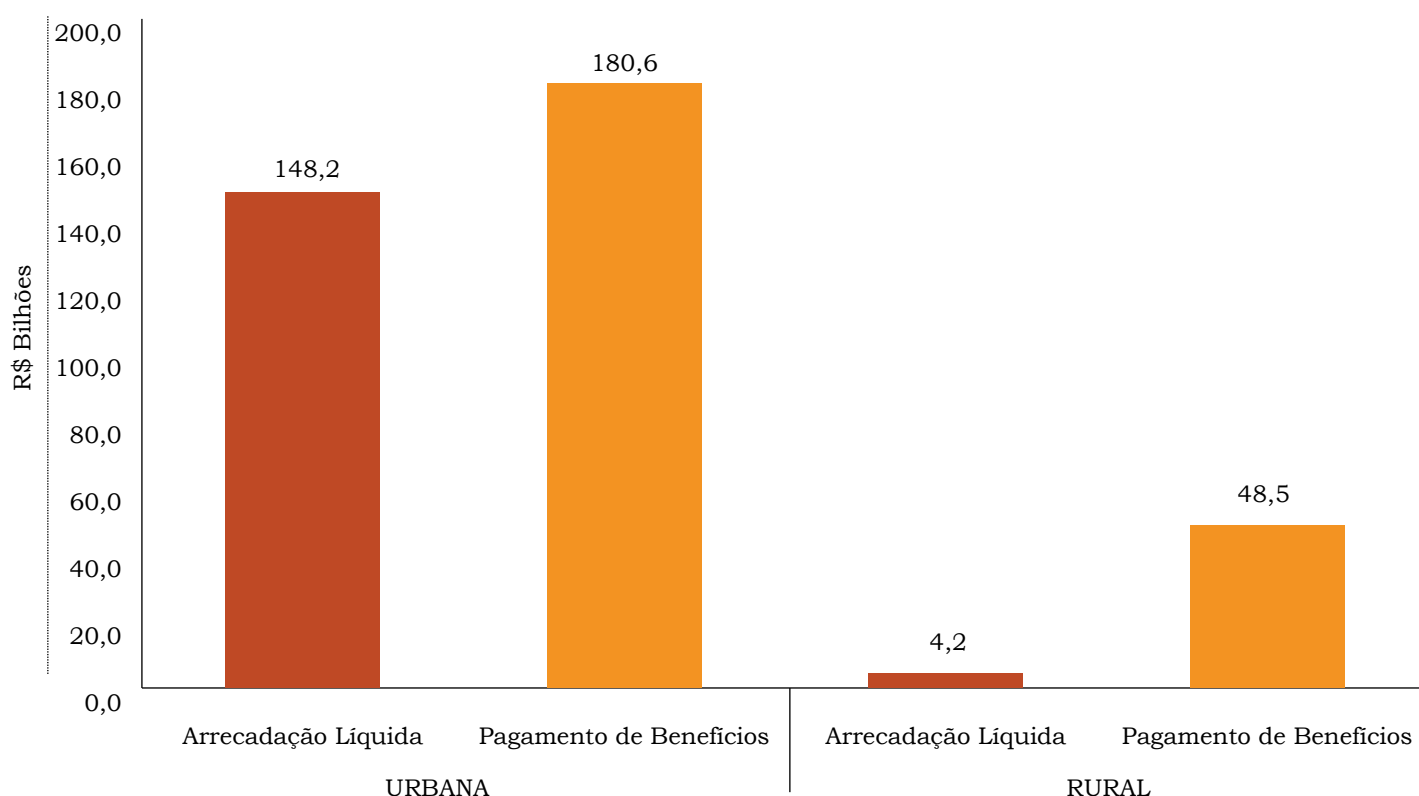
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar). Elaboração: SPREV/MF.

<sup>2</sup> Observe-se que a Lei nº 13.606/2018 decorre do julgamento do RE nº 718.874/RS pelo STF. Nessa ocasião, o STF reconheceu a constitucionalidade da contribuição do empregador rural pessoa física, fixada nos termos do art. 25 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pela Lei nº 10.256/2001. Dessa forma, a tese jurídica prevalecente foi no sentido de que: “é constitucional, forma e materialmente, a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei nº 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização da produção.

De janeiro a maio de 2018, a arrecadação líquida urbana (incluída a arrecadação Comprev) totalizou R\$ 148,2 bilhões, apresentando aumento de 2,2% (+R\$ 3,2 bilhões) em relação ao mesmo período de 2017. Já a arrecadação rural registrou R\$ 4,2 bilhões, aumento de 24,1% (+R\$ 811,4 milhões) nessa mesma comparação. Nesse período, a despesa com o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e rurais (incluídas as sentenças judiciais e Comprev) foram de R\$ 180,6 bilhões e R\$ 48,5 bilhões, nessa ordem, ou seja, cresceu 4,8% (+R\$ 8,3 bilhões) no meio urbano e 1,9% (+R\$ 910,7 milhões) no meio rural.

### **Gráfico 1**

*Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Maio - R\$ bilhões de Maio/2018 – INPC*



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SPREV/MF

No acumulado de 2018, o meio urbano registrou um déficit de R\$ 25,8 bilhões. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 35,6 bilhões, 3,2% (+R\$ 1,1 bilhão) a mais que o valor registrado no mesmo período de 2017.

Destaca-se ainda que a elevada necessidade de financiamento do meio rural, fruto do baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural, é consequência da política de inclusão previdenciária, destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar. Para esses trabalhadores foi estabelecida uma forma de custeio sobre a comercialização da produção rural, o que, na maioria dos casos, é muito pequena ou inexistente.



A arrecadação líquida da Previdência Social, em maio de 2018, foi de R\$ 30,4 bilhões, evidenciando uma redução de 7,6% (-R\$ 2,5 bilhões) frente a abril de 2018 e, em relação ao mesmo mês de 2017, teve aumento de 1,2% (+R\$ 364,4 milhões). As despesas com benefícios previdenciários, em maio de 2018, foram de R\$ 45,5 bilhões, registrando aumento de 0,8% (+R\$ 372,1 milhões) em relação a abril de 2018 e registrando diminuição de 6,0% (-R\$ 2,9 bilhões), na comparação com o mês correspondente de 2017, o que resultou numa necessidade de financiamento, em maio de 2018, de R\$ 15,1 bilhões, conforme se pode ver na Tabela 2.

**Tabela 2**

*Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Abril/2017, Março/2018 e Abril/2018 – Valores em R\$ milhões de Abril/2018 – INPC*

Item	mai/17 (A)	abr/18 (B)	mai/18 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acumulado do Ano 2016	2017	Var. %
<b>1. Arrecadação Líq. (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)</b>	<b>30.070,1</b>	<b>32.945,5</b>	<b>30.434,5</b>	<b>(7,6)</b>	<b>1,2</b>	<b>148.280,7</b>	<b>152.339,4</b>	<b>2,7</b>
<b>1.1. Receitas Correntes</b>	<b>30.984,9</b>	<b>32.098,7</b>	<b>31.897,3</b>	<b>(0,6)</b>	<b>2,9</b>	<b>153.657,8</b>	<b>158.962,5</b>	<b>3,5</b>
Pessoa Física	972,8	951,2	930,9	(2,1)	(4,3)	4.667,3	4.665,2	(0,0)
SIMPLES - Recolhimento em GPS	1.502,8	1.527,2	1.511,2	(1,1)	0,6	7.380,1	7.600,2	3,0
SIMPLES - Repasse STN	2.926,8	3.186,7	3.128,9	(1,8)	6,9	14.812,3	16.147,8	9,0
Empresas em Geral	17.915,8	18.210,0	17.902,1	(1,7)	(0,1)	89.176,2	90.446,8	1,4
Setores Desonerados - DARF	1.129,7	1.192,7	1.123,1	(5,8)	(0,6)	6.028,3	5.789,9	(4,0)
Entidades Filantrópicas	276,8	290,4	301,7	3,9	9,0	1.421,6	1.511,6	6,3
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS	2.361,4	2.624,0	2.817,5	7,4	19,3	11.193,8	12.856,9	14,9
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE	572,8	378,6	379,2	0,2	(33,8)	3.302,3	2.226,4	(32,6)
Clubes de Futebol	16,5	20,6	18,7	(9,2)	13,3	107,6	96,7	(10,1)
Comercialização da Produção Rural	588,0	834,8	822,9	(1,4)	40,0	2.356,2	3.227,2	37,0
Retenção (11%)	1.802,4	1.848,8	1.873,5	1,3	3,9	8.971,9	8.949,4	(0,3)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclamatória Trabalhista	422,9	372,9	410,0	9,9	(3,1)	1.604,4	1.692,8	5,5
Outras Receitas	496,3	660,9	677,6	2,5	36,5	2.635,9	3.751,5	42,3
<b>1.2. Recuperação de Créditos</b>	<b>1.092,2</b>	<b>790,5</b>	<b>817,3</b>	<b>3,4</b>	<b>(25,2)</b>	<b>5.150,0</b>	<b>4.663,9</b>	<b>(9,4)</b>
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrecadação / Lei 11.941/09	130,3	88,1	85,8	(2,7)	(34,2)	687,3	489,6	(28,8)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	9,4	10,8	9,0	(16,8)	(5,0)	82,5	20,9	(74,7)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS	1,9	0,3	3,5	915,0	80,0	7,5	4,0	(46,0)
Depósitos Judiciais - Repasse STN	121,8	(2,2)	57,0	(2.695,5)	(53,2)	498,4	320,8	(35,6)
Débitos	30,2	65,5	55,3	(15,5)	83,2	208,9	237,7	13,8
Parcelamentos Convencionais	798,6	628,0	606,7	(3,4)	(24,0)	3.665,4	3.591,0	(2,0)
<b>1.3. Restituições de Contribuições</b>	<b>(29,0)</b>	<b>(6,3)</b>	<b>(7,4)</b>	<b>17,8</b>	<b>(74,4)</b>	<b>(64,6)</b>	<b>(51,5)</b>	<b>(20,2)</b>
<b>1.4. Transferências a Terceiros</b>	<b>(3.055,4)</b>	<b>(3.087,1)</b>	<b>(3.137,8)</b>	<b>1,6</b>	<b>2,7</b>	<b>(17.657,0)</b>	<b>(17.914,6)</b>	<b>1,5</b>
<b>1.5. Compensação da Desoneração - STN</b>	<b>1.077,4</b>	<b>3.149,8</b>	<b>865,2</b>	<b>(72,5)</b>	<b>(19,7)</b>	<b>7.194,5</b>	<b>6.679,1</b>	<b>(7,2)</b>
<b>2. Despesas com Benefícios Previdenciários</b>	<b>48.412,7</b>	<b>45.158,1</b>	<b>45.530,2</b>	<b>0,8</b>	<b>(6,0)</b>	<b>219.886,1</b>	<b>229.060,9</b>	<b>4,2</b>
Pagos pelo INSS	43.124,2	44.285,8	44.586,0	0,7	3,4	212.438,2	220.953,8	4,0
Sentenças Judiciais - TRF	5.288,5	872,2	944,2	8,2	(82,1)	7.447,9	8.107,1	8,9
<b>3. Resultado Previdenciário (1 - 2)</b>	<b>(18.342,6)</b>	<b>(12.212,5)</b>	<b>(15.095,6)</b>	<b>23,6</b>	<b>(17,7)</b>	<b>(71.605,4)</b>	<b>(76.721,5)</b>	<b>7,1</b>

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SPREV/MF.

No acumulado de janeiro a maio de 2018, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 152,3 bilhões e R\$ 229,1 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 76,7 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2017, a arrecadação líquida cresceu 2,7% (+R\$ 4,1 bilhões) e as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 4,2% (+R\$ 9,2 bilhões).

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (I) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2018, que em maio determinou o valor recebido por 64,7% dos beneficiários da Previdência Social; (II) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (III) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2018, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2017.

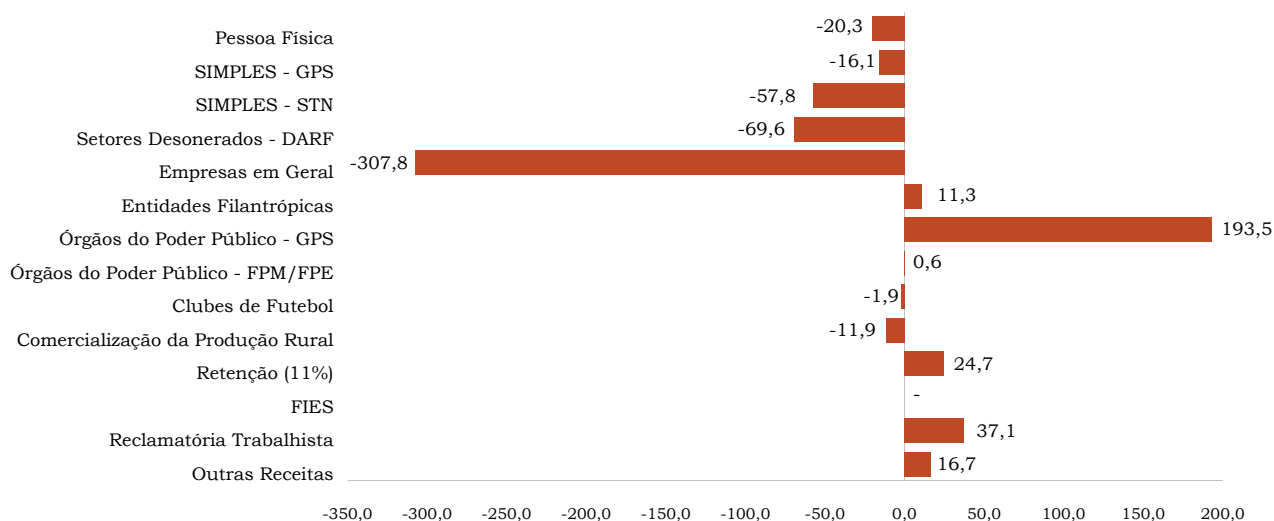
## RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO



As receitas correntes somaram R\$ 31,9 bilhões, em maio de 2018, registrando uma pequena redução de 0,6% (-R\$ 201,4 milhões), frente ao mês de abril de 2018 e um aumento de R\$ 2,9% (+R\$ 912,4 milhões), quando comparadas ao valor de maio de 2017. Em relação a abril de 2018, a rubrica Empresas em Geral teve leve declínio de 1,7% (-R\$ 307,8 milhões), porém, a rubrica Órgãos do Poder Público – Recolhimento em GPS cresceu 7,4% (+R\$ 193,5 milhões), como mostra o gráfico 2.

### Gráfico 2

*Variação das Receitas Correntes (maio) de 2018 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Maio/2018 (INPC)*



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

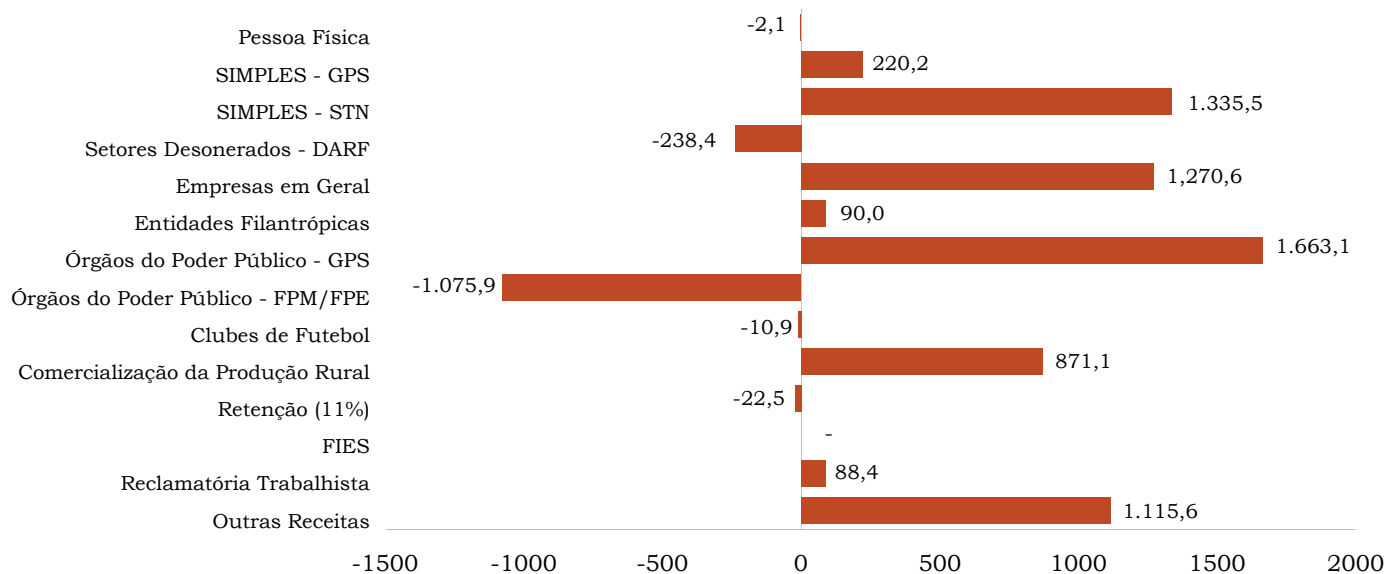
Elaboração: SPREV/MF

No acumulado de janeiro a maio de 2018, as receitas correntes somaram R\$ 159,0 bilhões, 3,5% (+R\$ 5,3 bilhões) a mais que o registrado no mesmo período de 2017. Cabe destacar que a maioria das rubricas tiveram elevação em relação ao acumulado do

mesmo período de 2017. Esse aumento foi em decorrência, principalmente, do resultado positivo das rubricas Empresas em Geral, com 1,4% (+R\$ 1,3 bilhão), SIMPLES – Repasse STN, com 9,0% (+R\$ 1,3 bilhão) e Órgãos do Poder Público – Recolhimento em GPS com 14,9% (+R\$ 1,7 bilhão).

### Gráfico 3

*Variação das Receitas Correntes (janeiro a maio) de 2018 em relação a 2017 - Em R\$ milhões de Maio/2018 (INPC)*



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SPREV/MF

A arrecadação previdenciária está diretamente vinculada ao comportamento do mercado de trabalho, ou seja, o aumento ou a redução no nível de emprego formal do país, reflete um resultado positivo ou negativo da arrecadação. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho do mês de abril.

### MERCADO DE TRABALHO (abril/2018)



De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o estoque de emprego formal no Brasil apresentou expansão em abril de 2018. O acréscimo foi de +115.898 postos de trabalho, equivalente à variação de +0,30% em relação ao estoque do mês anterior. Esse resultado decorreu de 1.305.225 admissões e de 1.189.327 desligamentos. No acumulado do ano, houve crescimento de +336.855 empregos, representando variação de +0,89%. Nos últimos doze meses, verificou-se acréscimo de +283.118 postos de trabalho, correspondente à variação de +0,75%. Em termos setoriais, houve crescimento nos oito setores econômicos. Os dados registram expansão no nível de emprego nos setores de Serviços (+64.237 postos), Indústria de Transformação (+24.108 postos), Construção Civil (+14.394 postos), Comércio (+9.287 postos), Agropecuária (+1.591 postos), Administração Pública (+980 postos), Extrativa Mineral (+720 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (+581 postos). O estoque de emprego para o conjunto das nove Regiões Metropolitanas registrou 486.985 admissões e 451.905

desligamentos, com saldo de +35.080 empregos, equivalente ao crescimento de 0,23%. Seis Regiões Metropolitanas registraram saldo positivo de emprego, a saber: São Paulo (+17.943 postos, +0,29%), Belo Horizonte (+8.017 postos, +0,58%), Rio de Janeiro (+5.694 postos, +0,23%), Curitiba (+2.804 postos, +0,29%), Fortaleza (+2.520 postos, +0,31%) e Belém (+610 postos, +0,18%). Três Regiões Metropolitanas descreveram saldo negativo: Salvador (-2.117 postos, -0,26%), Porto Alegre (-286 postos, -0,03%) e Recife (-105 postos, -0,01%). O conjunto das cidades do interior pertencentes aos estados que detêm as nove Regiões Metropolitanas descreveu 498.344 admissões e 442.562 desligamentos, implicando saldo de +55.782 postos, correspondente à expansão de 0,40%. Houve crescimento do emprego celetista no interior de sete Unidades Federativas desse conjunto: São Paulo (+26.483 postos, +0,47%), Minas Gerais (+15.546 postos, +0,61%), Paraná (+6.424 postos, +0,40%), Bahia (+4.093 postos, +0,47%), Pará (+2.163 postos, +0,59%), Rio de Janeiro (+1.626 postos, +0,20%) e Ceará (+578 postos, +0,19%). Registrou-se saldo negativo no interior de duas Unidades Federativas desse conjunto: Rio Grande do Sul (-966 postos, -0,07%) e Pernambuco (-165 postos, -0,04%).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD/IBGE, a taxa de desocupação foi estimada em 12,9% no trimestre móvel referente aos meses de fevereiro a abril de 2018, registrando variação de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018 (12,2%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, fevereiro a abril de 2017, quando a taxa foi estimada em 13,6%, o quadro foi de queda (-0,7 ponto percentual). No trimestre de fevereiro a abril de 2018, havia aproximadamente 13,4 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Este contingente apresentou variação de 5,7%, ou seja, mais 723 mil pessoas, frente ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, ocasião em que a desocupação foi estimada em 12,7 milhões de pessoas. No confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 14 milhões de pessoas desocupadas, esta estimativa apresentou variação de -4,5%, significando uma redução de 635 mil pessoas desocupadas na força de trabalho. O contingente de pessoas ocupadas foi estimado em aproximadamente 90,7 milhões no trimestre de fevereiro a abril de 2018. Essa estimativa apresentou redução em relação ao trimestre anterior (novembro de 2017 a janeiro de 2018) de -1,1%, ou seja, uma redução de -969 mil pessoas. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (fevereiro a abril de 2017) este indicador apresentou variação positiva (1,7%), quando havia no Brasil 89,2 milhões de pessoas ocupadas. O nível da ocupação (indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi estimado em 53,6% no trimestre de fevereiro a abril de 2018, apresentando uma redução de -0,6 pontos percentuais frente ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, 54,2%. Em relação a igual trimestre do ano anterior, este indicador apresentou variação positiva (0,4 ponto percentual), quando o nível da ocupação no Brasil foi de 53,2%. O contingente na força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas), no trimestre de fevereiro a abril de 2018, foi estimado em 104,1 milhões de pessoas. Observou-se que esta população permaneceu estável quando comparada com o trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018. Frente ao mesmo trimestre do ano anterior, houve expansão de 0,8% (acréscimo de 860 mil

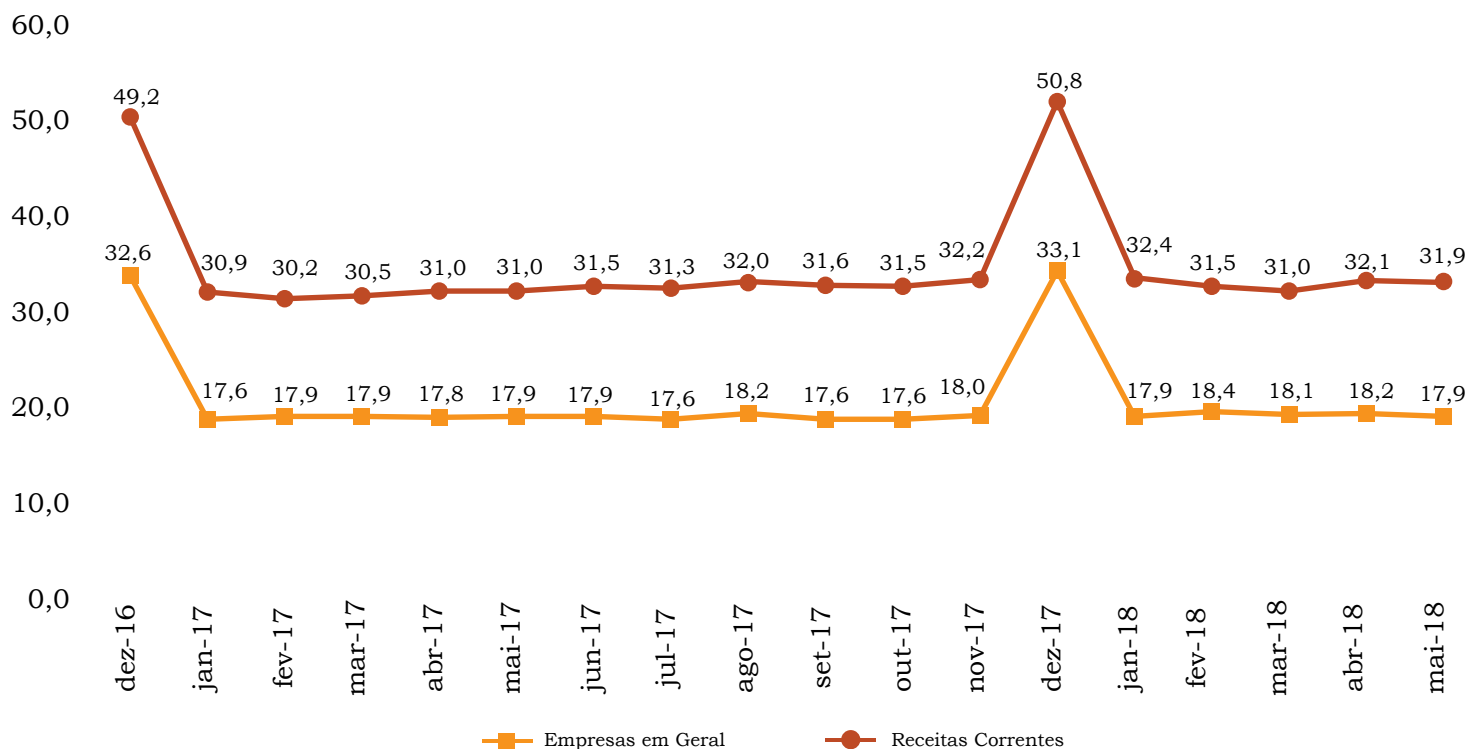
pessoas). O contingente fora da força de trabalho, no trimestre de fevereiro a abril de 2018, foi estimado em 65,2 milhões de pessoas. Observou-se que esta população apresentou um incremento de 427 mil pessoas (0,7%) quando comparada com o trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018. Frente ao mesmo trimestre do ano anterior houve expansão de 1,2% (acréscimo de 756 mil pessoas). A análise do contingente de ocupados, segundo os grupamentos de atividade, do trimestre móvel de fevereiro a abril de 2018, em relação ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, mostrou que não houve crescimento em qualquer categoria. Houve redução nos seguintes grupamentos: Construção (2,7%, ou menos 186 mil pessoas), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (2,5%, ou menos 439 mil pessoas) e Serviços domésticos (2,7%, ou menos 172 mil pessoas). Na comparação com o trimestre de fevereiro a abril de 2018 foi observado aumento nas categorias: Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (3,8%, ou mais 569 mil pessoas) e outros serviços (9,1%, ou mais 389 mil pessoas). Houve redução no grupamento de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (3,0%, ou menos 259 mil pessoas). O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 2 182 no trimestre de fevereiro a abril de 2018, registrando estabilidade frente ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018 e também em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os Indicadores Industriais da CNI, de abril de 2018, indicam que a indústria retomou sua recuperação, embora esse processo seja lento e ainda esteja longe de ser concluído. Após os ajustes sazonais, a maior parte dos indicadores de atividade industrial mostra alta na passagem de março para abril. O faturamento subiu 1,5% e, com isso, compensou a queda do mês anterior. As horas trabalhadas registraram o maior crescimento (2,2%) desde janeiro de 2017, revertendo as perdas de fevereiro e março. O emprego cresceu pelo oitavo mês seguido. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI), por sua vez, ficou praticamente estável (78,1%) em abril – recuo de 0,1 ponto percentual (p.p.) frente a março. No sentido oposto, a massa salarial real e o rendimento médio real do trabalhador industrial caíram em abril, mostrando que o mercado de trabalho ainda segue em fase de ajustes.

Portanto, observa-se que o comportamento do mercado de trabalho impacta diretamente na arrecadação de receitas correntes, puxadas fortemente pelas Empresas em Geral, por isso uma acaba seguindo a tendência da outra, conforme pode ser visto no gráfico 4.

#### Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Maio/2018 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SPREV/MF

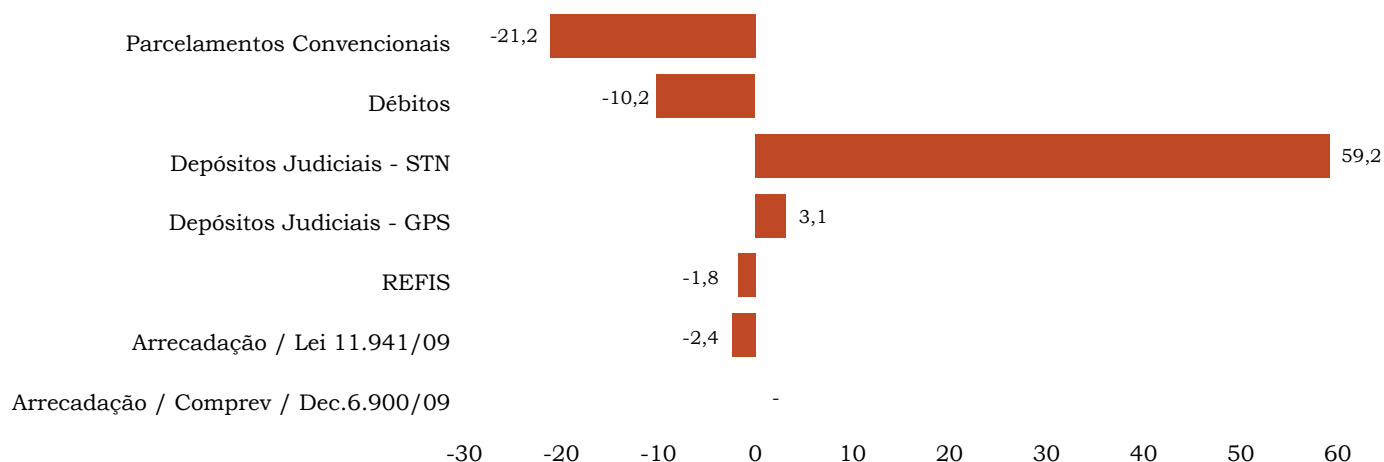
### RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS



Em maio de 2018, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 817,3 milhões, o que mostra um acréscimo de 3,4% (+R\$ 26,8 milhões) em relação a abril de 2018, e recuo de 25,2% (-R\$ 274,9 milhões) comparado a maio de 2017. A rubrica Parcelamentos Convencionais teve diminuição de R\$ 3,4% (-R\$ 21,2 milhões), assim como a rubrica Débitos, que teve queda de 15,5% (-R\$ 10,2 milhões) nessa mesma comparação.

### Gráfico 5

*Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Maio/2018) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Maio/2018 (INPC) -*



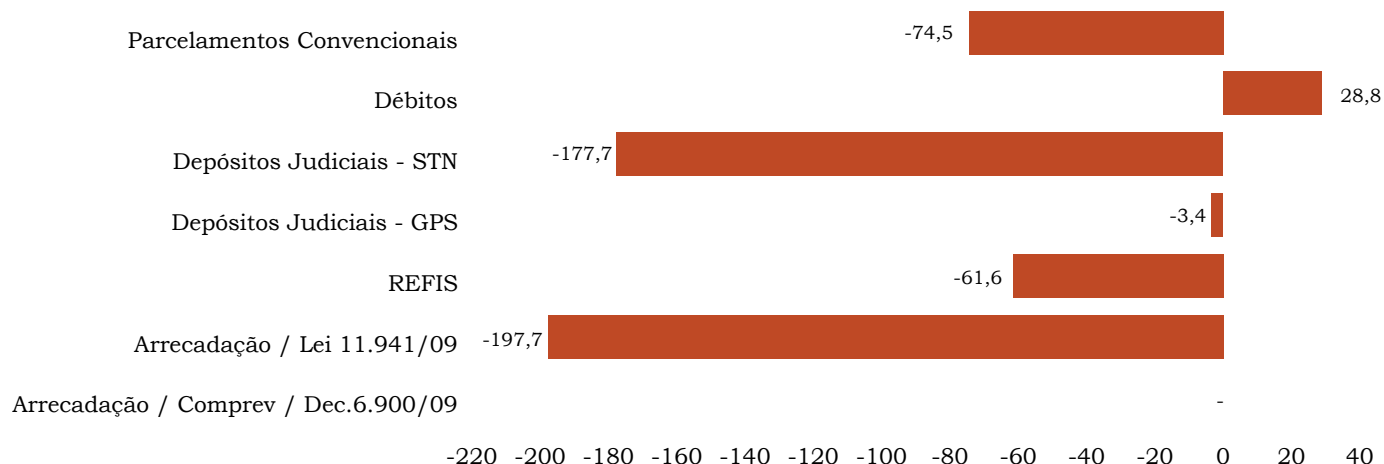
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).

Elaboração: SPREV/MF

No acumulado de janeiro a maio de 2018, as receitas originadas de recuperação de créditos registraram o montante de R\$ 4,7 bilhões, evidenciando uma diminuição de 9,4% (-R\$ 486,0 milhões) em relação ao mesmo período de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelo resultado negativo nos Depósitos Judiciais do Tesouro Nacional (-R\$ 177,7 milhões) e na Arrecadação / Lei 11.941/09, registrando uma queda de R\$ 197,7 milhões, no acumulado de janeiro a maio de 2018, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

### Gráfico 6

*Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a maio) de 2018 em relação a 2017 - Em R\$ milhões de Maio/2018 (INPC)*



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).

Elaboração: SPREV/MF



Em maio de 2018, a quantidade de benefícios emitidos foi de 34,6 milhões de benefícios, registrando um aumento de 1,9% (+646,5 mil benefícios) frente ao mesmo mês de 2017. Nessa mesma comparação, os Benefícios Previdenciários cresceram 2,0% (+558,7 mil benefícios), os Assistenciais registraram aumento de 2,4% (+110,6 mil benefícios), já os Benefícios Acidentários tiveram uma diminuição de 2,6% (-21,7 mil benefícios) conforme pode ser visto na Tabela 3.

Ressalta-se que, no dia 6 de janeiro de 2017, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 767, convertida na Lei Ordinária nº 13.457 de 6 de junho de 2017, com a finalidade principal de estabelecer um conjunto de proposições para a revisão dos benefícios por incapacidade concedidos, administrativa ou judicialmente. O objetivo principal da Lei nº 13.457/2017 é estabelecer a revisão de benefícios por incapacidade sem perícia médica há mais de dois anos e de aposentadorias por invalidez de beneficiários com idade inferior a 60 anos. A revisão de tais benefícios visa assegurar que estes sejam concedidos àqueles segurados que de fato se encontrem incapacitados para o trabalho, visando regularizar situações em que indivíduos que recuperam a capacidade laborativa continuam recebendo benefícios de forma indevida. Sendo assim, a possível suspensão ou cessação de alguns benefícios pode diminuir a emissão, principalmente dos benefícios acidentários.

**Tabela 3**

*Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Abril/2017, Março/2018 e Abril/2018)*

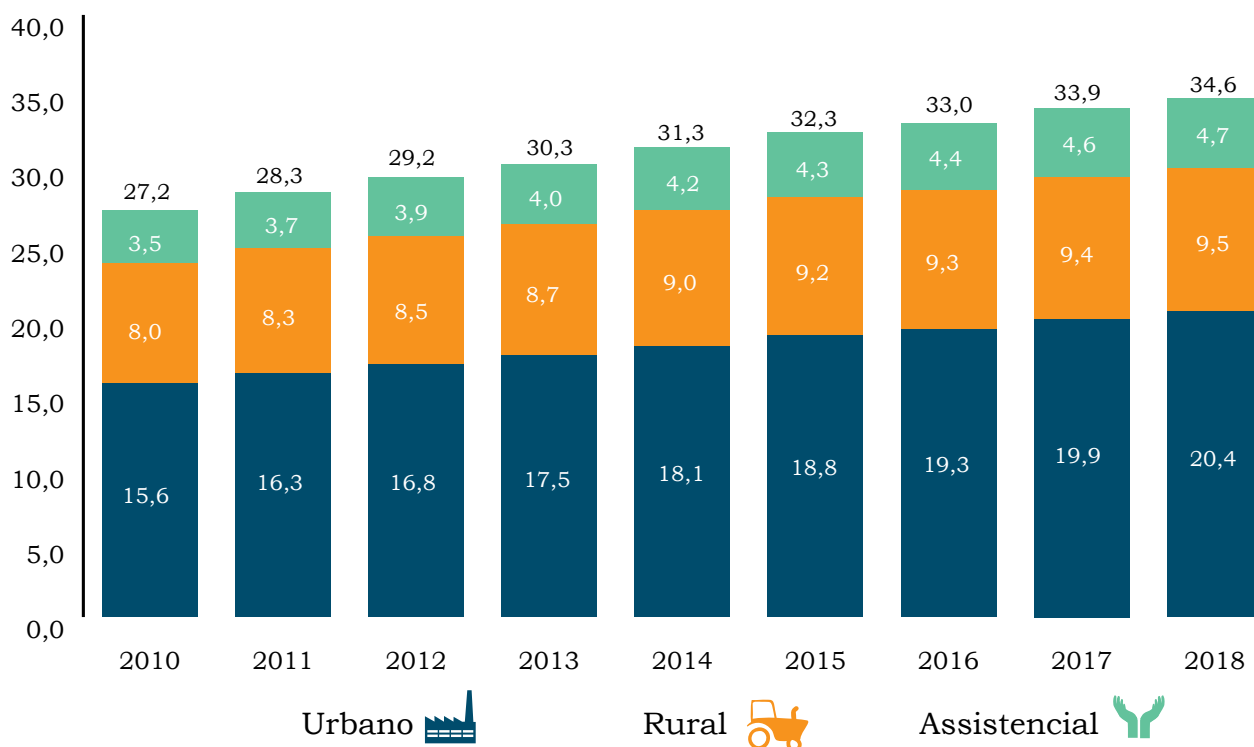
Item	mai/17 ( A )	abr/18 ( B )	mai/18 ( C )	Var. % ( C / B )	Var. % ( C / A )
<b>TOTAL</b>	<b>33.991.925</b>	<b>34.671.708</b>	<b>34.638.381</b>	<b>(0,1)</b>	<b>1,9</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>28.548.196</b>	<b>29.140.508</b>	<b>29.106.880</b>	<b>(0,1)</b>	<b>2,0</b>
Aposentadorias	19.362.654	19.978.557	19.974.801	(0,0)	3,2
Idade	10.248.882	10.577.288	10.602.339	0,2	3,4
Invalidez	3.254.949	3.274.801	3.226.631	(1,5)	(0,9)
Tempo de Contribuição	5.858.823	6.126.468	6.145.831	0,3	4,9
Pensão por Morte	7.611.454	7.700.998	7.703.257	0,0	1,2
Auxílio-Doença	1.390.558	1.233.152	1.203.671	(2,4)	(13,4)
Salário-Maternidade	61.195	92.368	90.258	(2,3)	47,5
Outros	122.335	135.433	134.893	(0,4)	10,3
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>823.774</b>	<b>807.574</b>	<b>802.080</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(2,6)</b>
Aposentadorias	208.167	209.137	203.486	(2,7)	(2,2)
Pensão por Morte	113.232	110.898	110.656	(0,2)	(2,3)
Auxílio-Doença	133.526	117.559	117.591	0,0	(11,9)
Auxílio-Acidente	323.499	328.031	328.641	0,2	1,6
Auxílio-Suplementar	45.350	41.949	41.706	(0,6)	(8,0)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>4.599.304</b>	<b>4.703.989</b>	<b>4.709.900</b>	<b>0,1</b>	<b>2,4</b>
<b>Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS</b>	<b>4.466.033</b>	<b>4.585.842</b>	<b>4.593.051</b>	<b>0,2</b>	<b>2,8</b>
Pessoa idosa	1.992.268	2.033.393	2.035.685	0,1	2,2
Pessoa com deficiência	2.473.765	2.552.449	2.557.366	0,2	3,4
Rendas Mensais Vitalícias	133.271	118.147	116.849	(1,1)	(12,3)
Idade	19.709	15.581	15.222	(2,3)	(22,8)
Invalidez	<b>113.562</b>	<b>102.566</b>	<b>101.627</b>	<b>(0,9)</b>	<b>(10,5)</b>
<b>BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)</b>	<b>20.651</b>	<b>19.637</b>	<b>19.521</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(5,5)</b>

Na comparação de maio de 2018 com maio de 2017, observa-se que as aposentadorias por tempo de contribuição cresceram 4,9% (+287,0 mil aposentadorias); as aposentadorias por idade aumentaram 3,4% (+353,5 mil aposentadorias); as pensões por morte também cresceram 1,2% (+91,8 mil benefícios); porém, o auxílio-doença teve uma diminuição de 13,3% (-202,8 mil benefícios), essa redução explicada possivelmente pela revisão dos benefícios por incapacidade, conforme já citado anteriormente.

Da quantidade média de 34,6 milhões de emissões verificadas no período janeiro a maio de 2018, 58,9% (20,4 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 27,5% (9,5 milhões) a beneficiários da área rural e 13,6% (4,7 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2009 a 2018, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 30,7% no meio urbano, de 18,4% no meio rural e de 32,2% nos assistenciais.

### Gráfico 7

*Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2010 a 2018) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Maio.*



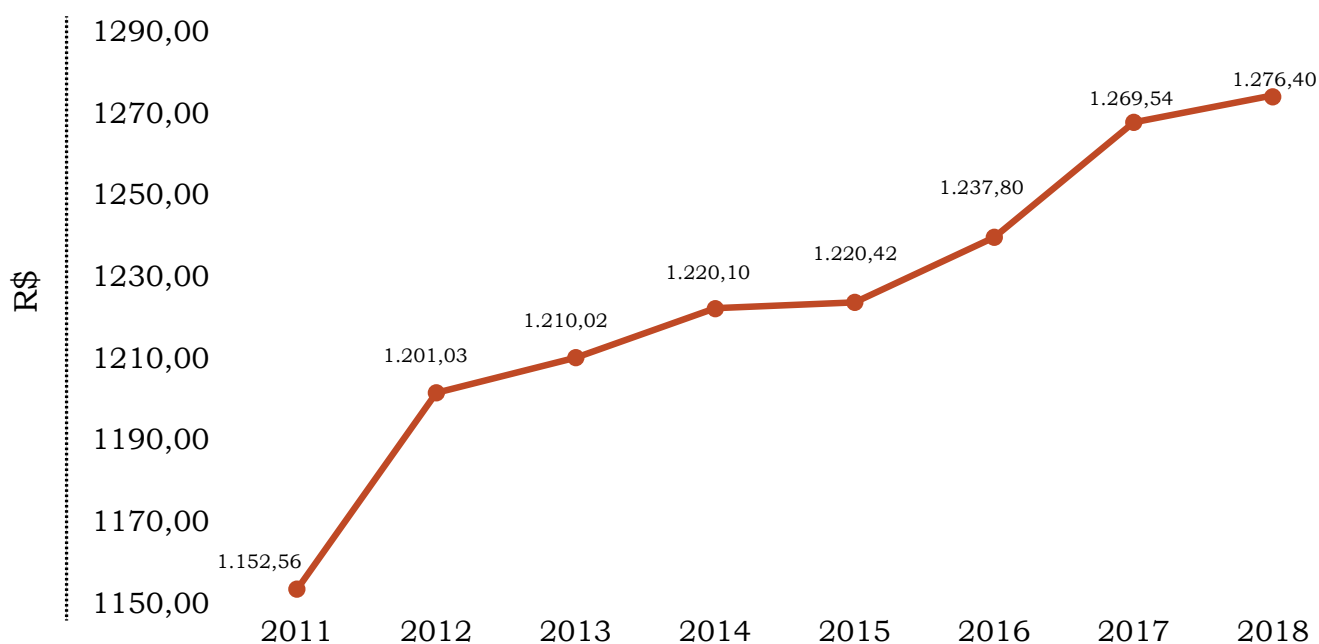
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPREV/MF

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 1.276,40, média de janeiro a maio de 2018, elevação de 0,5% em relação ao mesmo período de 2017. Entre o acumulado de janeiro a maio de 2018 e o período correspondente de 2011, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 10,7% (Gráfico 8).

### Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a maio de cada ano) – 2011 a 2018 - em R\$ de maio / 2018 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPREV/MF

Em maio de 2018, foram concedidos 465,6 mil novos benefícios, evidenciando uma diminuição de 1,1% (-5,1 mil benefícios) em relação ao mês anterior e decréscimo de 0,9% (-4,0 mil benefícios) em relação a maio de 2017. Em relação ao mês de abril deste ano, em maio de 2018, os Benefícios Previdenciários diminuíram 0,9% (-3,8 mil benefícios). Os Acidentários tiveram uma diminuição de 4,3% (-930,0 mil benefícios) e os Assistenciais registraram diminuíram 1,3% (-398,0 mil benefícios) em relação ao mês anterior, conforme pode ser visto na Tabela 4.

**Tabela 4**

*Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Maio/2017, Abril/2018 e Maio/2018) e acumulado de janeiro a maio (2017 e 2018)*

Item	mai/17	abr/18	mai/18	Var. %	Var. %	Acumulado do Ano		Var. %
	( A )	( B )	( C )	( C / B )	( C / A )	2016	2018	
<b>TOTAL</b>	<b>469.613</b>	<b>470.659</b>	<b>465.572</b>	<b>(1,1)</b>	<b>(0,9)</b>	<b>2.056.166</b>	<b>2.157.253</b>	<b>4,9</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>418.295</b>	<b>418.645</b>	<b>414.880</b>	<b>(0,9)</b>	<b>(0,8)</b>	<b>1.833.351</b>	<b>1.923.101</b>	<b>4,9</b>
Aposentadorias	131.748	119.630	124.912	4,4	(5,2)	568.429	540.099	(5,0)
Idade	66.965	61.402	66.661	8,6	(0,5)	290.567	285.814	(1,6)
Invalidez	20.370	23.939	23.852	(0,4)	17,1	82.277	94.854	15,3
Tempo de Contribuição	44.413	34.289	34.399	0,3	(22,5)	195.585	159.431	(18,5)
Pensão por Morte	36.945	33.055	31.413	(5,0)	(15,0)	163.127	154.677	(5,2)
Auxílio-Doença	188.270	207.978	200.474	(3,6)	6,5	845.534	948.629	12,2
Salário-Maternidade	57.779	54.392	54.380	(0,0)	(5,9)	241.265	263.752	9,3
Outros	3.553	3.590	3.701	3,1	4,2	14.996	15.944	6,3
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>21.551</b>	<b>21.799</b>	<b>20.869</b>	<b>(4,3)</b>	<b>(3,2)</b>	<b>94.617</b>	<b>98.933</b>	<b>4,6</b>
Aposentadorias	975	1.122	1.087	(3,1)	11,5	4.048	4.268	5,4
Pensão por Morte	28	21	23	9,5	(17,9)	119	99	(16,8)
Auxílio-Doença	18.745	18.748	17.919	(4,4)	(4,4)	83.031	86.483	4,2
Auxílio-Acidente	1.796	1.897	1.830	(3,5)	1,9	7.375	8.034	8,9
Auxílio-Suplementar	7	11	10	(9,1)	42,9	44	49	11,4
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>29.713</b>	<b>30.175</b>	<b>29.777</b>	<b>(1,3)</b>	<b>0,2</b>	<b>127.959</b>	<b>135.059</b>	<b>5,5</b>
<b>Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS</b>	<b>29.713</b>	<b>30.175</b>	<b>29.777</b>	<b>(1,3)</b>	<b>0,2</b>	<b>127.959</b>	<b>135.059</b>	<b>5,5</b>
Pessoa idosa	13.798	14.842	14.398	(3,0)	4,3	60.330	66.544	10,3
Pessoa com deficiência	15.915	15.333	15.379	0,3	(3,4)	67.629	68.515	1,3
Pensões Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)</b>	<b>54</b>	<b>40</b>	<b>46</b>	<b>15,0</b>	<b>(14,8)</b>	<b>239</b>	<b>160</b>	<b>(33,1)</b>

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPREV/MF

No acumulado de janeiro a maio de 2018, a quantidade de benefícios concedidos foi de 2,2 milhões de benefícios, o que mostra uma elevação de 4,9% (+101,1 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2017. Nessa comparação, todos os grandes grupos de benefícios registraram aumento. Os Benefícios Previdenciários apresentaram 4,9% (+89,8 mil benefícios), os Assistenciais 5,5% (+7,1 mil benefícios), e os Benefícios Acidentários registraram 4,6% (+4,3 mil benefícios).

Além disso, cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.

# Anexo

---

## ANEXO I

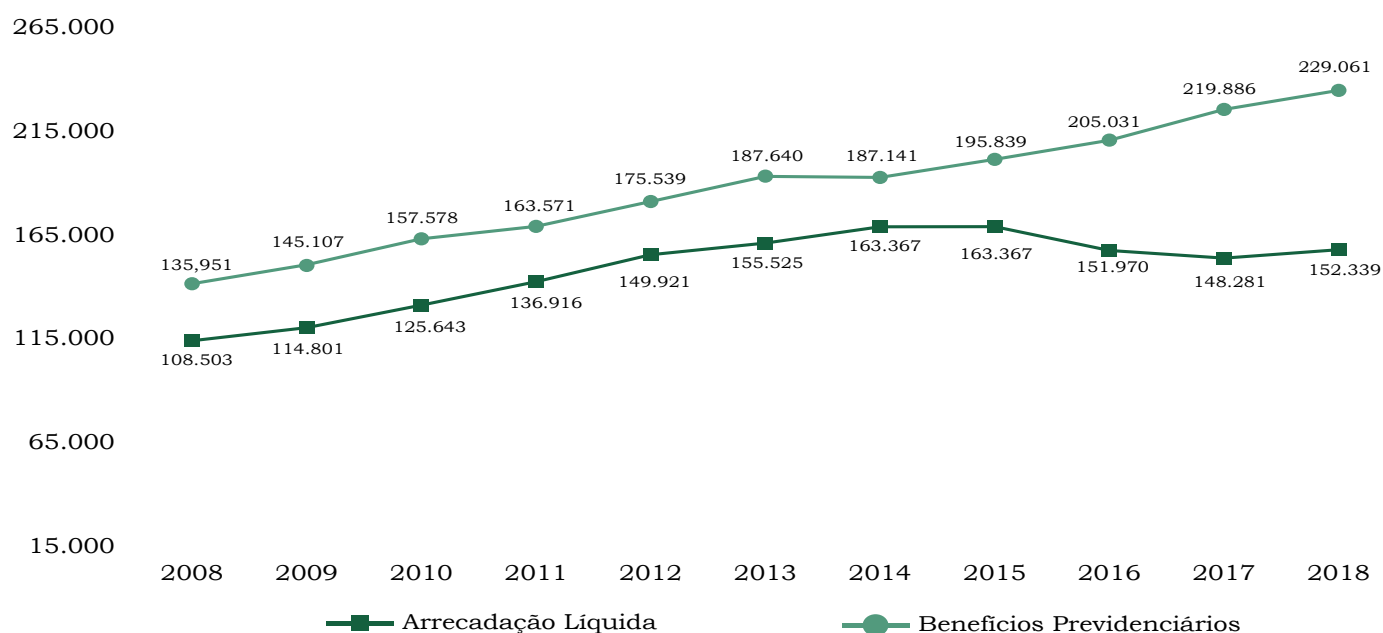
### I.I Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Maio/2018 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
Valores referentes ao acumulado até o mês de Maio, a preços de Mai/2018 INPC						
2008	121.214	12.712	108.503	135.951	125,3	(27.448)
2009	128.233	13.432	114.801	145.107	126,4	(30.305)
2010	140.156	14.513	125.643	157.578	125,4	(31.935)
2011	153.179	16.263	136.916	163.571	119,5	(26.655)
2012	167.731	17.810	149.921	175.539	117,1	(25.619)
2013	174.319	18.794	155.525	187.640	120,6	(32.115)
2014	183.430	20.063	163.367	187.141	114,6	(23.775)
2015	183.151	19.716	163.434	195.839	119,8	(32.405)
2016	170.150	18.180	151.970	205.031	134,9	(53.061)
2017	165.938	17.657	148.281	219.886	148,3	(71.605)
2018	170.254	17.915	152.339	229.061	150,4	(76.722)
mai/16	32.835	3.126	29.709	42.581	143,3	(12.872)
jun/16	32.918	3.097	29.821	41.031	137,6	(11.211)
jul/16	31.636	3.065	28.570	40.863	143,0	(12.292)
ago/16	32.641	3.061	29.580	45.459	153,7	(15.879)
set/16	31.787	3.096	28.690	54.671	190,6	(25.981)
out/16	32.271	3.043	29.228	40.859	139,8	(11.631)
nov/16	32.577	3.054	29.523	49.127	166,4	(19.604)
dez/16	51.402	3.087	48.314	55.407	114,7	(7.093)
jan/17	32.990	5.344	27.646	41.390	149,7	(13.744)
fev/17	32.241	3.118	29.123	43.014	147,7	(13.892)
mar/17	32.697	3.050	29.647	43.025	145,1	(13.379)
abr/17	34.883	3.089	31.795	44.043	138,5	(12.248)
mai/17	33.126	3.055	30.070	48.413	161,0	(18.343)
jun/17	33.521	3.122	30.399	43.504	143,1	(13.105)
jul/17	33.283	3.084	30.199	43.972	145,6	(13.773)
ago/17	33.982	3.101	30.881	48.095	155,7	(17.214)
set/17	33.859	3.152	30.707	59.400	193,4	(28.693)
out/17	33.746	3.085	30.661	44.680	145,7	(14.019)
nov/17	34.112	3.083	31.029	48.819	157,3	(17.789)
dez/17	52.799	3.078	49.720	59.513	119,7	(9.792)
jan/18	34.588	5.418	29.170	43.753	150,0	(14.583)
fev/18	33.308	3.162	30.146	44.721	148,3	(14.575)
mar/18	32.753	3.110	29.643	49.899	168,3	(20.256)
abr/18	36.033	3.087	32.946	45.158	137,1	(12.213)
mai/18	33.572	3.138	30.435	45.530	149,6	(15.096)

Fonte: CGF/INSS

Elaboração: SPREV/MF

## I.II Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de maio de cada ano, em R\$ milhões de Maio/2018 –INPC)



Fonte: CGF/INSS. Elaboração: SPREV/MF

## ANEXO II

### Rubricas de arrecadação previdenciária

1. Pessoa Física: Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
2. SIMPLES - Recolhimento em Guia da Previdência Social – GPS: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
3. SIMPLES – repasse STN: Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
4. Empresas em Geral: empresas sujeitas às regras gerais de contribuição, incluídos os recolhimentos referentes à cota patronal, dos empregados e do seguro acidente.
5. Setores Desonerados: arrecadação em DARF relativas à desoneração da folha de pagamento, conforme a Lei 12.546 de 14/12/2011.
6. Entidades Filantrópicas: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
7. Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
8. Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE: Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.

9. Clubes de Futebol: receita auferida a qualquer título nos espetáculos desportivos de que os clubes de futebol participem.

10. Comercialização da Produção Rural: Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

11. Retenção (11%): valor retido pela contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra no valor de 11% da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

12. Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES: Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

13. Reclamatória Trabalhista: recolhimento sobre verbas remuneratórias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça.

14. Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09: compensação financeira entre os regimes próprios de previdência e o RGPS

15. Arrecadação / Lei 11.941/09: refinanciamento de débitos previdenciários.

16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS: Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

17. Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

16. Depósitos Judiciais - Repasse STN: Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

18. Débitos: Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

19. Parcelamentos Convencionais: Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

20. Sentenças Judiciais – TRF: Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

Secretaria Previdência  
Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social  
Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários  
Esplanada dos Ministérios, Bloco. "F", 7º andar, Sala 750,  
CEP 70059-900, Brasília-DF  
Tel.: (61) 2021-5011  
Fax: (61) 2021-5408  
**[www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)**